### **Bases Legais para o Tratamento de Dados Pessoais**

A LGPD estabelece dez bases legais que autorizam o tratamento de dados pessoais por empresas e órgãos públicos. As três mais comuns e relevantes para a maioria das operações são:

1. **Consentimento do titular:** Esta é a base legal mais conhecida. O tratamento de dados só pode ser realizado com a manifestação **livre, informada e inequívoca** do titular, que concorda com a finalidade específica do uso de seus dados. Por exemplo, quando você marca uma caixa de seleção em um site para aceitar receber e-mails de marketing, está dando seu consentimento.
2. **Cumprimento de obrigação legal ou regulatória:** Uma empresa pode tratar dados pessoais quando há uma lei ou regulamento que a obriga a fazê-lo. Por exemplo, uma empresa precisa coletar e armazenar dados de funcionários para cumprir obrigações fiscais e trabalhistas.
3. **Execução de contrato:** O tratamento de dados é autorizado quando é necessário para a execução de um contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a um contrato do qual o titular dos dados é parte. Um exemplo é a coleta de dados de um cliente para processar uma compra online e entregar o produto.

### **Principais Direitos do Titular dos Dados Pessoais**

O titular dos dados tem o direito de exercer controle sobre suas informações. A LGPD, em seu artigo 18, lista uma série de direitos, sendo os principais:

* **Confirmação e Acesso:** O titular tem o direito de confirmar se a empresa está tratando seus dados pessoais e, em caso positivo, solicitar acesso a esses dados de forma clara, completa e em formato acessível.
* **Correção:** O titular pode solicitar a correção de dados que estejam incompletos, incorretos ou desatualizados. Por exemplo, se seu endereço ou telefone mudaram.
* **Anonimização, Bloqueio ou Eliminação:** É possível pedir que dados desnecessários, excessivos ou tratados de forma ilegal sejam anonimizados (sem ligação com o titular), bloqueados (suspensão temporária do tratamento) ou eliminados definitivamente.
* **Revogação do consentimento:** O titular pode retirar seu consentimento a qualquer momento, e a empresa deve eliminar os dados tratados com base nessa autorização, a menos que haja outra base legal para a sua manutenção.
* **Portabilidade dos dados:** O titular tem o direito de solicitar a transferência de seus dados para outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa.